



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário
Revolucionário (POR)

Nº 33/2025 - 20/09/2025

(11) 95446-2020

À 2ª Plenária do Comitê Regional Unificado Contra o Aumento das Passagens (CRUCAP) do ABCDMRR

Erguer a luta massiva pelo transporte público estatal!

Crise da mobilidade na região do ABCDMRR

A situação da mobilidade urbana no ABCDMRR, cuja população é de aproximadamente 2,8 milhões de habitantes, é crítica: sem metrô, frotas reduzidas, ônibus lotados, tarifas abusivas e sem integração. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, o preço da passagem do ônibus municipal está em R\$ 5,95 e cidades vizinhas cobram valores similares. Na capital do estado, onde a infraestrutura de transportes é bem melhor, o preço da passagem do ônibus está em R\$ 5,00.

O transporte público coletivo na região do ABC atende principalmente trabalhadores do setor de comércio e serviços, visto que a classe operária que trabalha nas grandes fábricas da região em geral é transportada por ônibus fretados pelas empresas. A conquista de um sistema de mobilidade público e estatal depende justamente da unidade com a classe operária, devido ao lugar que ocupa na produção social.

Contra os monopólios empresariais!

A crise da mobilidade no ABC em grande medida resulta da forma em que se constituiu e se desenvolveu a região e o país, notadamente pela urbanização com crescimento espontâneo das cidades e pela priorização da matriz automobilística e do rodoviarismo, inclusive com a destruição da malha ferroviária, processo determinado pelas multinacionais no contexto do desenvolvimento desigual e combinado.

Além disso, concessões privadas do transporte público coletivo e contratos com grandes grupos foram validados por decisões políticas e judiciais que, na prática, abriram caminho à continuidade de monopólios regionais, reduzindo transparência e controle social. Esse processo aprofunda a lógica do lucro

privado sobre um serviço essencial e amplia a precarização dos serviços e das condições de circulação da população.

O POR combate a entrega do transporte público às máfias e monopólios empresariais (Metra, Next Mobilidade, Suzantur etc.) e defende o monopólio estatal do transporte público coletivo, por meio da estatização das empresas de transporte e constituição de um sistema único público e estatal de mobilidade.

Metrô no ABC: uma eterna promessa

O projeto da Linha 18-Bronze do Monotrilho do Metrô de São Paulo, prometido como solução de mobilidade entre a capital paulista e a região do ABC, previa 13 estações e cerca de R\$ 4,2 bilhões de investimento para atender mais de 300 mil passageiros por dia. O contrato foi assinado em 2014, mas as obras não foram realizadas e, em 2019, o governador João Dória (PSDB) decretou o sepultamento do monotrilho. Sob o pretexto do “alto custo”, substituiu a Linha 18 do Metrô pelo BRT-ABC, estimado em R\$ 680 milhões. Devido a isso, em 2025, o Governo Tarcísio (Republicanos) fez um acordo para desembolsar cerca de R\$ 344 milhões em indenização à concessionária vencedora da Parceria Público-Privada da Linha 18. Enquanto isso, as obras de conclusão do BRT-ABC seguem atrasadas, com previsão de conclusão em 2026, o que confirma que promessas eleitorais e contratos com grandes grupos privados não substituem uma política pública consistente e estatal de transporte.

Nenhuma ilusão nas eleições e instituições burguesas

Na 1ª Plenária do CRUCAP do ABCDMRR, realizada em 04 de maio de 2024, o POR criticou

a proposta de o comitê obter cartas-compromissos de candidaturas nas eleições municipais. Passadas as eleições, verifica-se que não houve qualquer avanço real no atendimento das reivindicações. No âmbito estadual, a luta contra as privatizações do Metrô e da CPTM foi colocada nas mãos do judiciário e se mostrou um completo fracasso. É preciso fazer um balanço dessa via. O parlamento e o judiciário são inimigos do povo pela sua natureza de classe, não por uma circunstância conjuntural. O desvio da luta das massas para essa via é uma tragédia.

O POR não deposita ilusões na via eleitoral ou na via judicial. Experiências, como a da Vila Socialista/Diadema com o Governador Fleury, já comprovaram que assinaturas de compromisso são facilmente descumpridas. O método para arrancar e garantir nossas conquistas é o da ação direta coletiva, com assembleias, greves, ocupações, comitês populares, e manifestações massivas, como as Jornadas de Junho de 2013. Devemos confiar somente nas nossas próprias forças e organização independente.

Em defesa dos empregos, salários e direitos!

A luta em defesa do transporte público deve se vincular à luta em defesa dos empregos, salários, direitos e serviços públicos. A bandeira de tarifa zero universal é um mecanismo de adaptação aos salários miseráveis que é implementada pela burguesia à medida em que favorece os seus lucros. É importante combater a mercantilização do transporte e a transferência de subsídios públicos que inflam lucros privados. O POR defende um sistema único e estatal de transporte, passe livre irrestrito para estudantes e desempregados, e salário-mínimo vital.

Por uma frente única anti-imperialista!

A luta por transporte decente não pode ser separada da luta contra o imperialismo que determina prioridades econômicas no país. Levantamos a bandeira anti-imperialista como eixo da nossa mobilização: a mesma lógica de lucro que manda recursos para dívidas e dividendos/lucros internacionais precariza os

serviços públicos locais.

É necessário unir estudantes, desempregados, movimentos sociais, sindicatos, comitês de bairro e toda a militância de esquerda na construção de uma frente única anti-imperialista, com uma agenda de ações unitárias. O pleno direito à mobilidade urbana só será efetivado com a organização e a luta determinada e unitária das massas. Só com a ação direta coletiva dos explorados conseguiremos atingir o bolso da burguesia e impor mudanças reais.

Bandeiras de Lutas para o CRUCAP

- Abaixo as privatizações do transporte sobre trilhos! Pela construção de uma frente única contra a privatização da Linha 10 - Turquesa da CPTM!

- Passe livre para estudantes e desempregados: garantia imediata de acesso irrestrito, sem burocracia ou limites;

- Salário-mínimo vital que permita cobrir os custos de vida da família trabalhadora, inclusive as despesas com transporte, sem abrir mão de outros direitos, e que seja reajustado conforme a alta do custo de vida.

- Transporte estatal e democrático: estatização das concessionárias, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, com comissões operárias no controle das operações, auditorias públicas e orçamento público transparente para garantir frota, manutenção, ampliação e integração.

- Prioridade ao coletivo: corredores exclusivos, revigoramento da malha metroferroviária e investimentos reais em transporte de alta capacidade (metrô, trens) em vez de soluções de fachada que favorecem grupos privados.

- Proteção especial às mulheres: medidas práticas como a possibilidade de descer fora do ponto à noite, melhoria da iluminação nas paradas, políticas contra assédio nos transportes.

- Em defesa das/os trabalhadoras do setor de transporte: garantia de empregos, direitos trabalhistas e de livre organização sindical, sem práticas de intimidação.

- Por um sistema único, público e estatal de mobilidade.